

9-V-1958

## MICROSCÓPIO

# Os Militares e o Parlamentarismo

Raul Pilla

**F**OI o ministro da Guerra quem, há cerca de dois anos, impediu a votação da Emenda Parlamentarista na Câmara dos Deputados. Uma simples declaração bastou-lhe para deter a ação parlamentar.

Entretanto, para quem quer que se demore a refletir profundamente sobre o nosso problema institucional, formulado desde o primeiro dia da República e cada dia mais premente, a reforma parlamentarista seria a solução única e verdadeira.

Mas, se do ponto de vista do interesse nacional esta é verdade evidente, porque mais do que evidente é a completa falência do sistema presidencial, surge naturalmente a questão de saber se a reforma, ao País conveniente e necessária, conveniente será às Classes Armadas.

Tal é uma questão à primeira vista ilegítima. A missão da Força Armada, ainda mesmo nas autocracias, é servir a Nação; e os regimes políticos, pelo menos o democrático, têm por objeto o país, não apenas uma classe dele, por mais poderosa e respeitável. Se a reforma parlamentarista é uma necessidade nacional, nenhuma classe tem o direito de se lhe opor, em nome dos seus próprios interesses e preconceitos.

Estabelecido este princípio irrecusável, embora nem sempre observado, nada impede que se indague se a reforma parlamentarista atenderia ou contrariaria os legítimos interesses dos militares.

Que vemos com o vigente sistema presidencial, não só no Brasil, mas também em toda a América Latina? As Classes Armadas inevitavelmente arrastadas às lutas políticas, e metidas freqüentemente em golpes, contra-golpes, ditaduras e revoluções. Isto pode convir aos caudilhos militares, isto é, aos que dos companheiros de armas se servem para alcançar o poder, mas não convém, por certo, à generalidade da Classe, que, além de se ver constantemente perturbada no exercício da sua missão constitucional, está sempre a correr o risco pessoal de uma luta fratricida.

Tal é a realidade no presidencialismo, realidade inevitável, porque, graças à absurda rigidez do sistema, o apêlo à intervenção militar apresenta-se freqüentemente como o único recurso. Com o parlamentarismo, porém, modificar-se-ia radicalmente a situação. Graças à admirável elasticidade do sistema, as lutas e as crises políticas não tendem a extravasar do âmbito político, porque nêle se resolvem facilmente. Os militares, que verdadeiramente o fossem, deixar-se-iam ficar tranquilamente nos seus quartéis, porque ninguém teria interesse em pedir-lhes que saíssem e muito menos o teriam eles em sair.

Vê-se, pois, que nenhum fundamento tem a prevenção de muitos militares contra o parlamentarismo. E' o seu sentimento desarrazoado e, pode-se dizer, até anti-militar. Já o mesmo não se pode dizer dos poucos membros da classe dominados pela «vã (ou vil?) cobiça de mandar». A esses o presidencialismo é o que convém, pois somente ele lhes pode dar alavancas para guindar-se às posições. Justifica-se plenamente que impugnem o sistema parlamentar.